

Tradução de: PIRENNE, Henri. O método comparativo em história, discurso de abertura do quinto Congresso Internacional de Ciências históricas. In: DES MAREZ G.; GANSHOF, F.L. **Anais do quinto Congresso Internacional de Ciências históricas**. Bruxelas: M. Weissenbruch, 1923.

Há dez anos, quase diariamente, se reunia em Londres o IV Congresso Internacional de História. Muitos de vocês o assistiram. Guardam, sem dúvida alguma, a lembrança viva daqueles belos dias em que o interesse científico, tanto quanto o charme da mais cordial hospitalidade os tornaram inesquecíveis. No entanto, a atmosfera política era pesada e como que carregada de tempestade. Podíamos adivinhar nas últimas palavras do belo discurso do saudoso James Bryce, lido na seção de abertura, a expressão de uma angústia contida. Foi um apelo emocionante à concórdia dos povos: concórdia possível, pois fundada sobre a constatação da sua solidariedade histórica; concórdia indispensável, se é certo que a guerra é o maior flagelo da humanidade. Mas quem poderia imaginar-se, nesse momento, à beira de uma catástrofe? Não nos separamos sem antes haver decidido nos reencontrar em São Petersburgo em 1917.

Ah! Em 1917, a civilização, havia já três anos, atravessava a mais terrível crise jamais sofrida. Todas as energias estavam empenhadas na luta. Dizíamos que um mundo novo se gestava no heroísmo, no horror e nas lágrimas. Todas as previsões fracassaram, todas as esperanças desfeitas, todos os hábitos, todas as tradições sacudidas. Esta Rússia onde nós devíamos nos reunir estava abalada por uma revolução formidável; São Petersburgo se tornara Petrogrado. Este palácio onde nos reunimos hoje e que, há tão longo tempo, abrigou os trabalhos agradáveis de uma academia, estava ocupado por uma enfermaria militar alemã. Vocês mesmos, arrancados de seus estudos, carregavam armas ou, alistados no serviço de suas pátrias, lhes dava o concurso de sua ciência e de seu talento; a menos que, como este que vos fala, não tenham sido impedidos pela prisão ou pela deportação. A paz foi feita, mas ela não trouxe ao mundo nem a segurança, nem a serenidade. Quantos problemas ainda restam para resolver! Que desordem moral nas consciências! Que desordem intelectual nos espíritos! Que transtornos do equilíbrio social e do equilíbrio econômico!

Em meio a circunstâncias tão deploráveis, é um sintoma encorajador a continuação da vida científica. Dizimados pela guerra, empobrecidos pela alta de todos os preços, atrapalhados pela insuficiência de recursos que os governos são coagidos a impor frequentemente aos laboratórios e às bibliotecas; mais frequente ainda a alma mortificada pelos lutos mais cruéis, pesquisadores e professores retomaram sem hesitar seu trabalho e ensino. Em todas as ciências, e isso em todos os

países, a atividade dos sábios testemunha uma energia sustentada pelo mais alto ideal. A reunião deste congresso dá-nos uma prova significativa.

Os Congressos internacionais de história sem dúvida são uma das manifestações mais características da universalidade da ciência. Pois atestam de forma particularmente tocante esse desprendimento de todas as contingências às quais necessariamente conduz a busca pela verdade. Para o matemático, para o astrônomo, para o físico ou o químico, esse desprendimento é compreendido sem dificuldades. Ele é muito mais difícil para o historiador. O historiador, com efeito, não se encontra, em face do objeto de seus estudos, na situação do naturalista frente à natureza. Sua personalidade encontra-se em jogo, por assim dizer. Como, ao estudar a história de seu país, esquecer que este país é sua pátria; se é a história da sua religião, que é a fonte da sua crença; se é a história de seu partido, que este tem direito à sua fidelidade!

Para chegar à objetividade, à imparcialidade sem a qual não há ciência, é preciso conter-se a si mesmo e vencer seus mais preciosos preconceitos, suas convicções mais assentadas, seus sentimentos mais naturais e mais respeitáveis. Talvez lhe seja impossível atingir tal renúncia. Ele tenta, contudo, pois sabe que só a esse custo terá mérito sua ciência. Ele pode ou, no mínimo, deve, ao preço que for, dizer com Pasteur “aqui não há nem religião, nem filosofia, nem ateísmo, nem materialismo, nem espiritismo que seja. Eu poderia acrescentar: como cientista pouco me importa. É uma questão de fato e eu a abordei sem ideias preconcebidas; só posso me curvar frente à experiência, qualquer que seja sua resposta”.

Muito bem! Não é dessa concepção da ciência que surgem os Congressos internacionais de História? Não a respondem inteiramente aqueles que concordam em estudar no mesmo espírito, seguindo o mesmo método, sem pesquisar nada mais que a verdade, todos os historiadores, indistintamente, quaisquer que sejam seus países, suas nacionalidades, suas confissões religiosas? Não afirmam essa verdade, sem dúvida banal, mas de tão difícil aplicação, de que a ciência não possui pátria? Esta não é a homenagem mais evidente a esse distanciamento necessário de que falávamos há pouco? Eis porque tais assembleias são salutares; e eis porque também quando, em 1921, a *Royal Historical Society* de Londres ofereceu aos historiadores belgas reunir em Bruxelas o V Congresso internacional de ciências históricas, estes aceitaram com alegria uma tão bela missão.

Aceitaram com alegria, e também com reconhecimento. Pois sabiam que a proposição que lhes foi feita se explicava, sobretudo, pela simpatia da qual seu país, após a guerra, recebeu tantas provas. E deixe-me imediatamente, senhores, lhes agradecer em seus nomes com a mais profunda gratidão.

Não encontrarão aqui a suntuosidade que marcou os últimos congressos. A época em que vivemos não o permite, nem, sobretudo, a situação na qual a Bélgica ainda se encontra. Mas encontrarão a mais amigável acolhida e, também, estejam certos, o estado de espírito que todos, sem dúvida, desejam encontrar.

Para se mostrarem dignos da confiança que lhes foi depositada, os historiadores belgas se esforçaram em renovar a tradição gloriosa na qual se encontram, momentaneamente, como depositários. Eles desejaram que este Congresso do pós-Guerra fosse, tanto quanto possível, a continuação de seus predecessores de Paris, Roma, Berlim e Londres. Em toda a força do termo, eles o desejam internacional; foram convidados, sem exclusão, todos os Estados admitidos na Sociedade das Nações. O pensamento que presidiu sua organização foi aquele da imparcialidade científica da qual falei há pouco. Ninguém foi negligenciado para que o ar que respiramos aqui seja o ar das alturas, o único que convém à ciência.

Não encontrarão aqui, dizia eu, o espírito do pós-guerra, mas vocês imaginam que, abrindo esta assembleia, seja útil lançar um olhar sobre certas consequências, sobre certas lições talvez, que os historiadores podem tirar da guerra. Semelhante preocupação pareceria supérflua, sem dúvida, se uma das características da nossa ciência não fosse precisamente a extensão contínua de seu objeto na duração. À medida que o tempo corre, seu domínio aumenta. Ele era ontem menos extenso que hoje e todo fato novo que nos traz a sucessão ininterrupta de eventos é para nós análogo à descoberta de um novo fenômeno da natureza para o cientista experimental. Contudo, a importância desses fatos é extremamente variável. Há alguns que são tão consideráveis, de tal forma carregados, se assim podemos dizer, de significação, tão em contradição com nossa expectativa, tão incompatíveis com nossas previsões ou nossas hipóteses, que nos forçam a submeter à crítica as teorias e os métodos que eles desorientaram. A convulsão pela qual acaba de passar o mundo foi para os historiadores o que um cataclismo cósmico seria para um geólogo. A sociedade foi tão profundamente sacudida que ela se revelou sob novos aspectos, colocou problemas inesperados e demonstrou a insuficiência de muitas soluções. Mesmo do ponto de vista da técnica da nossa ciência, quantas novas questões ela não levantou? Basta-me mencionar aqui aquelas que dizem respeito à autenticidade, à interpretação e à conservação desta enorme quantidade de documentos escritos ou figurativos que recolhem de todas as partes os arquivos e museus da guerra. Nós lhe consagramos uma seção especial do congresso e não pretendo aqui me antecipar a seus trabalhos. Eu gostaria unicamente de lhes submeter algumas reflexões de ordem inteiramente geral, tocando certas questões que me parecem decorrer dos eventos dos quais fomos testemunhas.

Durante todo o curso da guerra, os beligerantes requisitaram, em particular, duas ciências: a história e a química. Esta forneceu explosivos e gases; aquela, pretextos, justificações ou escusas. Contudo, seus destinos foram bem diferentes. A necessidade imposta à química, sem contrariar sua natureza, lhe permitiu, ao servir aos exércitos, realizar preciosas descobertas. A história, ao contrário, ao lançar-se na arena, frequentemente perdeu isso em que consiste sua própria essência: a crítica e a imparcialidade. Sucedeu-lhe deixar-se levar pela paixão, defender teses, não mais se preocupar em compreender, mas subordinar-se aos militares e aos políticos.¹ Nisto, aliás, nada há de surpreendente. Em todas as épocas, os príncipes pretenderam colocá-la ao serviço de sua ambição ou de seu apetite. Ela não fez em nossos dias nada que já não tenha feito nos séculos XVII e XVIII, quando fornecia aos reis, a um Luís XVI, por exemplo, ou a um Frederico II, razões suficientes para atacar seus vizinhos. Entretanto, nossos Estados nacionais impuseram-na uma missão muito mais pesada que esta dos Estados Absolutistas do Antigo Regime. Não se tratava mais de agir sobre alguns diplomatas: ela devia convencer multidões de cidadãos que votam e que combatem sobre a justiça de suas causas. Não lhe bastava mais, como outrora, interpretar genealogias principescas e discutir os tratados: ela devia sustentar a coragem e a convicção dos povos evocando todo o seu passado em benefício da guerra, mostrando nos adversários inimigos naturais e hereditários, delineando-os desde os tempos mais remotos como tendo sempre estado em guerra, como se a grandeza de uns acarretasse necessariamente a submissão dos outros; como se, enfim, sua civilização lhes pertencesse, fosse a manifestação exclusiva de seu gênio, a criação original de seu espírito e como se mesmo sua existência estivesse em jogo na luta.

Esta exasperação não se explica somente pelo entusiasmo ou angústia patrióticas. É preciso também procurar sua causa numa teoria singularmente própria para excitá-la e, ao mesmo tempo, justificá-la; quero dizer, numa teoria das raças. Não dá ela, com efeito, uma base científica aos excessos do nacionalismo? Não encontra na diferenciação psíquica a origem da diferenciação moral e intelectual? Não fornece a prova da diversidade qualitativa dos povos e deduz desta diversidade, exigida pela natureza, a necessidade, a fatalidade da guerra que deve submeter o mais fraco ao mais forte? Ora, a própria guerra parece ter provado a vacuidade dessa doutrina. Ela mostrou, com efeito, povos da mesma raça se lançando uns contra os outros. Ela forneceu a prova de que o que une os homens não é nem a comunhão

¹ Não preciso observar que falo apenas em geral. Houve admiráveis exceções. Aqui como mais adiante, procuro caracterizar nada mais que a tendência dominante da história durante a guerra. Estou, aliás, bem convencido de que as deformações que ela sofreu são apenas reflexos inconscientes provocados pela excitação sentimental. Quando falo da falta de imparcialidade, não pretendo de forma alguma falar de uma falta de imparcialidade desejada. Certas pessoas são, é verdade, culpadas de uma alteração intencional da verdade, mas essas pessoas não merecem sob qualquer consideração o nome de historiadores, nem isso está em questão aqui.

de caracteres etnográficos, nem o parentesco das línguas, mas a vontade coletiva de se dedicar até a morte à defesa de um mesmo ideal ou de interesses idênticos. Dizíamos que os governos e as formas políticas decorrem da raça e que o absolutismo, por exemplo, foi implantado por ela no coração dos súditos. Vimos, entretanto, nações nas quais ela era pretensamente inata, rejeitá-la com horror. Em suma, em todos os domínios, os fatos refutaram a teoria, e sem dúvida é preciso alegrar-se com isso, pois ela era tão nefasta quanto errada.

Não menos nefasta, aliás, do ponto de vista intelectual que moral. Pois se coloca mesmo em oposição flagrante com o princípio da pesquisa científica. Em lugar de escrutinar pacientemente os fatos para descobrir neles mesmos sua significação, ela os submete arbitrariamente ao dogma que professa. Possui previamente a solução dos problemas a resolver. Nada mais cômodo que invocar o xibolete da raça: este permite tudo explicar sem nada compreender.

O verdadeiro método não seria proceder precisamente ao contrário? Quero dizer, recorrer ao fator da raça somente quando todas as outras tentativas de interpretação tenham falhado; nesse ponto, seria forçoso dirigir-se a ele. Perceberíamos, então, como é decepcionante. Nem um só dos povos que conhecemos, com efeito, é de raça pura; todos são produtos de uma mistura de populações diversas e na qual a dosagem, e mesmo a composição exata, nos escapa. Como reconhecer-se, afinal, no seio de tal complexidade e distinguir-se em meio a esse caos? Entretanto, é mais evidente ainda que nos comprazamos frequentemente em reconhecer a ação da raça em fenômenos que a análise crítica revela como simples fenômenos sociais. Condições geográficas, condições econômicas, uma multidão de outras circunstâncias influenciam, ainda, o desenvolvimento dos povos, aceleram-no em certas paragens e tardam-no em outras. Disso resulta que à mesma *data* diversos povos pertencem, no entanto, a épocas diferentes do desenvolvimento geral, pois o tempo não escorre para todos, se assim podemos dizer, com a mesma rapidez. O período que chamamos idade média não se prolongou por muito mais tempo em certas nações de que em outras? Diante disso, não conviria, antes de julgar a origem de uma instituição, por exemplo, ou de um costume, perguntar-se se, em lugar de precipitadamente se reverenciar o gênio nacional, considera-lo honestamente como uma sobrevivência ou um arcaísmo? Grandes progressos já foram realizados nesse sentido. Sabemos hoje, graças à etnografia comparada, que a constituição política e o direito das sociedades primitivas apresentam, em geral, o mesmo espetáculo. Já não é mais possível reivindicar tanto para os Gregos como para os Romanos, Celtas, Germanos, Eslavos, um lugar à parte e privilegiado, separado do comum da humanidade. Em toda parte, em seus traços essenciais, o desenvolvimento geral é de natureza semelhante e passa

por fases análogas. Sem dúvida, essa semelhança não chega à identidade. Notamos, nos detalhes, diferenças inumeráveis. A maior parte é, evidentemente, o resultado do ambiente. Um povo bárbaro vizinho de povos mais avançados não apresentará a mesma fisionomia de um povo bárbaro cercado de outros bárbaros. O clima, o relevo do solo, sua fertilidade, sua proximidade ou distância do mar também exercem sua ação e, pouco a pouco, destacam e estabelecem mais e mais os tipos nacionais. O que é preciso atribuir à raça, em última análise, não é senão o que permanece, de outra forma, inexplicável? E com isso reafirmamos que invocar a raça é uma forma de afirmar nossa ignorância e que um bom método, mais sábio, seria confessar que pretendemos resolver o desconhecido com o desconhecido.

Não ignoro a objeção que se pode levantar aqui. Muito historiadores afirmarão que isso a que chamam raça é unicamente esses tipos nacionais, lentamente emergidos de origens comuns mas que, uma vez formados, dotados de uma individualidade própria, só se desenvolvem de acordo consigo mesmo e seguindo as leis de sua natureza particular. É possível acreditar nesta identificação da raça com a nacionalidade? A literatura de guerra, em matéria histórica, aceitou-a quase sem exceção. Permitam-me deter-me aqui um instante.

Com efeito, seria pueril negar que as nações modernas apresentam, a quem as observa ainda que superficialmente, diferenças tão marcantes que chegam até ao contraste. Sua arte, sua literatura, suas instituições, sua constituição social nos oferecem os mais diversos nuances e nos falam da alma, do gênio e da individualidade de povos como se estes fossem, com efeito, indivíduos. Que realidade se esconde, entretanto, atrás destas metáforas e em que medida um povo é comparável a uma pessoa? Vejam aqui, certamente, uma das principais questões que se podem colocar a um historiador, se ele for um homem de ciência.

Eu constatava, há pouco, os eminentes serviços que o método comparativo fornecera ao conhecimento das civilizações primitivas. Porém, renuncia-se ao emprego desse método ao se empreender o estudo das civilizações mais avançadas. Por quê? Procuo o motivo sem o encontrar. Diríamos, talvez, que a sociologia se oferece ao historiador e lhe permite distinguir, sob a diversidade de desenvolvimentos nacionais, os caracteres comuns de desenvolvimento geral. Certamente, ninguém discordará que a sociologia fornece ao historiador um precioso apoio. Contudo, seria necessário pontuar que ela, no presente, deu-nos apenas poucas hipóteses — hipóteses úteis, sugestivas e fecundas, continuo de acordo — mas muito vagas e provisórias para que seja possível fundamentar-se sobre elas.

A sociologia é uma ciência aparentada da história, mas não se confunde com ela mais do que a história econômica, por exemplo, se confunde com a economia

política ou a história do direito com o direito. Ela pode indicar ao historiador os pontos de vista; não pode impor seu método.

Resta-nos, pois, se pretendemos compreender as *originalidades* e as *individualidades nacionais*, um único procedimento: a comparação. Por ela, com efeito, e apenas por ela, podemos nos elevar ao *conhecimento científico*. Não o atingiremos jamais se nos confinarmos aos limites da história nacional.

Escusado dizer que não falo aqui do trabalho de erudição. A paleografia, a diplomacia, a epigrafia, a numismática, a edição e a crítica das fontes; em suma, a prática desse delicado e apaixonante ofício no qual a história descobre, limpa e prepara seus materiais requer uma técnica que é, em toda a força do termo, uma técnica científica e sem a qual a história, aliás, não seria mais que um gênero literário. Quando falo de *conhecimento científico*, me refiro apenas à construção histórica. Não penso na crítica de elaboração, mas na crítica de síntese.² E é a propósito dela, e apenas dela, que não posso deixar de sublinhar a insuficiência e o perigo do método que consiste em tratar a história de um povo sob o ponto de vista desse povo mesmo; de dispô-la e organizá-la como se existisse apenas para ele, como se não fosse outra coisa que uma simples manifestação local da história universal. Seria impertinente dizer que sucede frequentemente ao historiador conduzir-se pela sua nação como o arquiteto pelos seus clientes? Ele procura, antes de tudo, fornecer-lhe uma história conforme seus gostos e seus costumes; numa palavra, uma história habitável. Mas a história, por pouco que reivindique o nome de ciência, não se aplica à prática, mas unicamente à verdade. E como é possível descobrir a verdade, senão inclinando os olhares para ela?

Existe ciência apenas do geral e, para compreender a história de um povo, é preciso não apenas situá-lo no lugar que ocupa no conjunto de outros povos, mas ainda não perdê-los de vista enquanto o estudamos. Eis aqui o único meio de escapar às miragens da imaginação, às ilusões da sensibilidade, às consequências do patriotismo. Os antigos biógrafos buscavam em seus heróis apenas eles mesmos e atribuíam todas as suas ações ao seu caráter e ao seu gênio. Avançamos sobre isso e hoje em dia nos esforçamos para desvelar, num grande homem, o que ele deve ao seu meio. A história, é preciso confessar, ainda cai frequentemente no erro dos antigos biógrafos. Ela considera os povos como indivíduos isolados. Ela fala frequentemente como se cada um deles fosse o único de sua espécie no mundo e como se sua civilização fosse um fenômeno de geração espontânea. De qualquer forma, esforça-se para reduzir ao mínimo o que deve aos seus vizinhos, como se fosse uma degradação pertencer à humanidade.

² Sabemos que é a esta crítica de síntese que se dedica há vários anos a excelente *Revista de Síntese Histórica*, dirigida por Henri Beer.

Não é evidente que este ponto de vista, que chamarei, na falta de melhor termo, de ponto de vista "etnocêntrico", é o que existe de mais oposto à ciência? As ciências naturais nos mostram aqui o caminho a seguir. Seu objeto é toda a natureza. Porque o do historiador não é toda a história?

Seria vão objetar que é impossível a um só homem conhecer toda a história. É possível a um físico ou a um químico conhecer, não somente toda a natureza, mas mesmo toda a física ou toda a química? Cada um está obrigado a explorar apenas um canto do imenso domínio e, digamos, se especializar. Mas, cada um deles bem sabe que sua especialização só vale em função do conjunto e que toda a ciência se repercute e está implicada em seu humilde labor. Em suma, seu ponto de vista, com toda a força do termo, é universal. Porque não se passa o mesmo para o historiador? Por que, ao ponto de vista universal, prefere quase sempre o nacional; eu diria mesmo, o ponto de vista local?

Observemos que esta preferência é de data relativamente recente. A Antiguidade, a idade média, o Renascimento, o século XVIII estão isentos dela. De Heródoto a Voltaire e a Herder, conhecemos muitas sínteses que se esforçaram em representar ou explicar o passado inteiro da humanidade. Pouco importa que o *Discurso sobre a história universal* ou o *Ensaio sobre os costumes* inspirem-se em ideias diferentes: sobre o objeto da história eles estão de acordo. Que o cristão nela reconheça os desígnios da Providência ou que o filósofo submeta-a ao seu racionalismo, eles encaram-na um e outro em sua totalidade ou, melhor dizendo, em sua unidade. A esta unidade, o romantismo e o nacionalismo do século XIX opuseram a diversidade. Da mesma forma que compeliram os artistas a buscar a cor local, orientaram os historiadores ao estudo dos caracteres particulares que diferenciam os povos. A história tornou-se mais viva, mais pitoresca, mais apaixonante do que nunca. Tornou-se ao mesmo tempo mais rica e mais precisa. A crítica das fontes realizou admiráveis progressos, descobertas esplêndidas revelaram civilizações desconhecidas, nenhuma das manifestações da atividade social foi negligenciada, nem o direito, nem os costumes, nem a economia. É justo podermos dar ao século que acabou o título de século da história.

No entanto, sua obra grandiosa aparece mais erudita que científica. Ela é inigualável pela abundância de materiais que dispôs e pelo cuidado com o qual foram preparados. Mas, podemos dizer quantas sínteses ela produziu? Parece-me que, à medida que o campo da história se alarga, o campo de visão histórica se reduz, e se reduz sobretudo na medida em que nos aproximamos do nosso tempo, quer dizer — reconhecamos — à medida que o nacionalismo e o imperialismo, sobretudo, se afirmam. É chocante ver a qual ponto o passado nacional atrai e absorve em cada país a atenção dos trabalhadores. E isto, sem dúvida, não é um mal. Mas o mal se

agita no espírito de exclusivismo com o qual abordamos o passado. Fechamo-nos nele, nada vemos além dele, e nos tornamos, assim, incapazes de compreendê-lo. De fato, é preciso reconhecer que o que mais falta a nossas histórias nacionais, por mais brilhantes que sejam, aliás, é a objetividade científica, e, digamos a palavra: a imparcialidade. E esta falta de imparcialidade, não direi que é intencional, mas que é fatal. Os preconceitos de raça, os preconceitos políticos, os preconceitos nacionais são muito potentes sobre o homem para que lhes possa escapar, se não se coloca fora de seu alcance. Para se libertar é preciso que se eleve até aquela altura de onde a história aparece inteira na majestade de seu desenvolvimento; as paixões passageiras do momento se acalmam e se apaziguam frente a sublimidade do espetáculo.³ Como chegaremos nisso senão pelo método comparativo? Só ele é capaz de fazer o historiador evitar as armadilhas que o cercam, de lhe permitir apreciar em seu justo valor, em seu preciso grau de verdade científica, os fatos que estuda. Por ele, e só por ele, a história pode se tornar uma ciência e se libertar dos ídolos do sentimento. Ela se tornará científica na medida em que adotar para a história nacional o ponto de vista da história universal. A partir disso, não será somente mais exata, ela será mais humana. O ganho científico virá de par com o ganho moral e ninguém lamentará se ela inspirar um dia aos povos, ao mostrar-lhes a solidariedade de seus destinos, um patriotismo mais fraterno, mais consciente e mais puro.

Esta obra literária é de domínio público e foi digitalizada pela Universidade Livre de Bruxelas

Original em francês disponível em: http://digistore.bib.ulb.ac.be/2006/a12929_000_f.pdf

Traduzido por Roberto Pereira Silva

³ As ideias expostas aqui não aspiram a qualquer originalidade. Já estavam no ar antes da guerra. Aquele que observa o movimento geral da literatura histórica constata o quanto as histórias universais multiplicaram-se há algum tempo. Certo número dentre elas foram sem dúvida mais gerais que universais e visavam mais a expor os fatos do que a explicá-los. Isso não excluiu a tendência para uma concepção histórica mais científica. É esta concepção que preside a elaboração da grande obra publicada desde 1920 sob a direção do M. H. Berr: *A evolução da humanidade*.